

## **Ata da 202ª Reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA**

1 Ao décimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte cinco, deu-se início à 202ª Reunião  
2 do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – CEPHA, de forma virtual, por  
3 meio dos links: <https://meet.google.com/xfj-zgzz-fij>, <https://meet.google.com/dde-myyp-gpo>  
4 e <https://meet.google.com/jeq-qjyd-eoa>. Participaram desta reunião os Conselheiros: Aimoré  
5 Índio do Brasil Arantes, Amilcar Cavalcante Cabral, Bráulio Eduardo Mattana Carollo, Eu-  
6 clesio Manoel Finatti, José Renato Fonseca Gubert, Jussimara Campelo, Mauro Lacerda Santos  
7 Filho, Nicole Lemanczyk, Paulo Sidnei Ferraz, Reinaldo Pilotto, Ricardo Amaral, e Ro-  
8 land Hasson. Os demais conselheiros justificaram a ausência. Participaram, também, a Direto-  
9 ra Geral da Secretaria de Estado da Cultura, Elietti de Souza Vilela, a Diretora de Memória e  
10 Patrimônio Cultural – DMPC, Camila Simoni Junqueira, o Chefe de Coordenação do Patri-  
11 mônio Cultural e Secretário Executivo deste Conselho, Roberto Pilotto, além de outros técni-  
12 cos da Coordenação do Patrimônio Cultural - CPC. A Secretária de Estado da Cultura e Presi-  
13 dente do CEPHA, Luciana Casagrande Pereira, abriu a reunião cumprimentando a todos os  
14 Conselheiros e apresentando o novo chefe de Coordenação do Patrimônio Cultural, Roberto  
15 Pilotto, que cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade de assumir a chefia da Coor-  
16 denação e pretende dar visibilidade ao patrimônio cultural juntamente com o sentimento de  
17 pertencimento. Na sequência passou ao primeiro item da pauta **Leitura, discussão e aprova-**  
18 **ção da Ata da 201ª Reunião;** que só teve uma solicitação de complementação no item final  
19 sobre o cadastro dos moradores da Estrada da Graciosa, sendo aprovada por unanimidade. Em  
20 continuidade, passou-se ao segundo item da pauta **Apresentação de solicitação sobre “Pro-**  
21 **posta de unificação de lotes e construção de torres residenciais em entorno de bem tom-**  
22 **bado” – Protocolo n.º 23.581.328-9;** a servidora e arquiteta da CPC, Larissa Karolina Lopes  
23 Ferreira, fez a apresentação da proposta e da análise realizada em conjunto pela equipe da  
24 CPC. A proposta requer a anuência de unificação e subdivisão de lotes; confirmação de parâ-  
25 metros construtivos; e aprovação de projeto e fachada para a implantação de 03 torres resi-  
26 denciais, sendo 19 apartamentos no total, com dois níveis de subsolo em terreno no entorno  
27 da Residência e Bosque na Avenida Batel – Casa Gomm. Após a apresentação, o conselheiro  
28 Roland Hasson pediu a palavra e disse que não vai se manifestar, tendo em vista que ele fez  
29 uma permuta de lotes com a construtora San Remo, que deve executar o projeto. A conselhei-  
30 ra Jussimara Campelo pontua sobre a questão de altura, não poder ser compensada em outras  
31 torres, de acordo com a legislação municipal, que não prevê essa possibilidade. O conselheiro  
32 Paulo Sidnei Ferraz pergunta sobre a possibilidade do último bloco que fica mais próximo do  
33 bem tombado ser realocado, tendo em vista o sombreamento que vai impactar tanto na casa  
34 como no bosque. E o outro ponto que ele levantou, foi sobre o paisagismo não interferir tanto  
35 e causar desequilíbrio no remanescente do bosque, com relação à fauna e flora. O conselheiro  
36 Euclesio Manoel Finatti questiona à servidora e arquiteta Larissa Karolina Lopes Ferreira

37 sobre o retorno por parte da empresa Baggio Schiavon, responsável pelo projeto, sobre as  
38 questões levantadas. E, ela informou que com relação à altura, está em acordo com a legisla-  
39 ção municipal e quanto ao paisagismo, eles se propõem a alterar o paisagismo para espécies  
40 nativas. O conselheiro Paulo Sidnei Ferraz questionou se houve proposta de alteração da posi-  
41 ção das torres e a servidora e arquiteta respondeu que não houve essa possibilidade e que a  
42 intenção do proprietário e do proponente é de manter o posicionamento atual e altura do em-  
43 preendimento. O conselheiro Bráulio Eduardo Mattana Carollo pediu para colocarem o slide  
44 da implantação do projeto e salientou que está bem realizada e que aceita o posicionamento.  
45 Ainda disse que teremos que aceitar as mudanças por já terem outros prédios na região, e que  
46 30 m de distanciamento é uma boa proposta. A conselheira Jussimara Campelo comenta sobre  
47 a proposta de taxa de ocupação não ser o caso, visto que o terreno tem opções de alterar os  
48 posicionamentos das torres, e sugere que antes de aprovar o projeto seja discutida a possibili-  
49 dade de pelo menos na torre mais próxima, ter 5 metros a mais de distanciamento, visto que  
50 conforme discussão, o proprietário está sendo priorizado ao contrário do bem tombado, que é  
51 a prioridade do Conselho e da CPC. O conselheiro Bráulio Eduardo Mattana Carollo fala que  
52 sobre o bosque, a vegetação se modifica e não terá impacto e que se modificar o posiciona-  
53 mento o empreendedor não terá sol, nem a vizinhança, além de perder a vista. O conselheiro  
54 Aimoré Índio do Brasil Arantes ressalta que não é só a casa que é tombada, mas o bosque e  
55 reforça que tem um rio que passa nessa região e pergunta se está sendo atendidas as questões  
56 ambientais. O conselheiro Roland Hasson informa que o rio foi canalizado com a construção  
57 do Shopping Pátio Batel e o conselheiro Euclesio Manoel Finatti fala que essa questão deve  
58 ser tratada pela Prefeitura Municipal de Curitiba e não pela CPC, que não cabe realizar este  
59 tipo de análise. Mas que talvez seja necessário pedir estudo sobre o sombreamento. O conse-  
60 lheiro Paulo Sidnei Ferraz concorda em solicitar mais dados sobre o sombreamento e aguardar  
61 o retorno da empresa. O conselheiro Ricardo Amaral pediu a palavra e salientou que a casa  
62 não está no local original de construção e que foi realocada para tornar viável o empreendi-  
63 mento do Shopping Pátio Batel e que desconhece os dados mitigatórios desta tratativa e que  
64 afetou os terrenos lindeiros por conta dessa alteração. O conselheiro Aimoré Índio do Brasil  
65 Arantes pede a palavra e fala que a casa e o bosque continuam no mesmo terreno, apenas foi  
66 realocada a casa, e que ambos fazem parte do tombamento. A conselheira Jussimara Campelo  
67 fala que os donos dos terrenos não foram prejudicados, pelo contrário que o valor imobiliário  
68 de cada terreno teve um aumento considerável e que é necessário que haja ambiência harmô-  
69 nica na região em contraposta pela valorização. O conselheiro Ricardo Amaral questiona se  
70 tem uma regra sobre a ambiência e que fica muito subjetiva essa decisão, que precisa ser pa-  
71 dronizada entre os órgãos de proteção de patrimônio para não ter esse tipo de problema. A  
72 conselheira Jussimara Campelo fala que uma possível padronização são propostas de escalo-  
73 namento como tem ocorrido na Praça Eufrásio Correia. O conselheiro Bráulio Eduardo Mat-  
74 tana Carollo fala que a questão é muito polêmica e que o projeto proposto está bem realizado,

75 passível de aprovação e que eles podem entrar na justiça se não houver uma decisão conjunta,  
76 que caberá ser decidida pela Justiça. A presidente Luciana Casagrande Pereira pede para de-  
77 xar no slide dos itens levantados como condicionantes por parte da CPC: a não afetação da  
78 visibilidade e insolação; laudo técnico que comprove que o bosque não será prejudicado; que  
79 o paisagismo inclua espécies nativas; que a rota de fuga proposta seja alterada, não sendo pos-  
80 sível ser pelo bosque; e realização de laudo de vistoria cautelar de vizinhança da Casa Gomm,  
81 antes do início da obra. A apresentação destes itens vão resguardar a aprovação ou não apro-  
82 vação, que a princípio já foi solicitado pela CPC para se alterasse a implantação da torre mais  
83 próxima ou a diminuição da altura da torre. O conselheiro Paulo Sidnei Ferraz reforça que são  
84 necessários que se sigam os apontamentos técnicos da CPC para uma possível aprovação. O  
85 conselheiro Mauro Lacerda Santos Filho pede a palavra e comenta que normalmente em Con-  
86 selhos não se aprova nada com condicionantes, apenas aprova ou não aprova. E que para re-  
87 solver poderia sugerir vistas ao processo e que ele fica à disposição para realizar a análise  
88 com base em nova documentação. O conselheiro Euclesio Manoel Finatti salienta que não é  
89 possível aprovar com condicionantes e que é necessário ter um relator e que também fica à  
90 disposição para numa próxima reunião fazer o relato ao Conselho. Ainda, comenta que sobre  
91 a alteração da implantação ou diminuição da altura das torres não é possível mesmo, já que os  
92 empreendedores devem propor com o limite máximo da legislação. E que o mais delicado é a  
93 afetação ou não do empreendimento no Bem Tombado. O conselheiro Mauro Lacerda Santos  
94 Filho pergunta se o projeto discutido já tem relato ou é uma correspondência, e que se não  
95 houve nenhuma definição ou diretriz que é necessário verificar com a secretaria executiva  
96 para que não ocorra novamente, por se torna uma discussão vazia. A presidente Luciana Ca-  
97 sagrande Pereira ressalta que é uma apresentação da proposta para se formar uma comissão ou  
98 um relator. O Conselheiro Euclesio Manoel Finatti comenta que, por se ter vários apontamen-  
99 tos da equipe técnica da CPC, existe a possibilidade de ser produzido um relato para finalizar  
100 o processo, e que se coloca à disposição para produzir o relato. O Conselheiro Mauro Lacerda  
101 Santos Filho apresenta questões regimentais, mas que tendo um relator, torna possível a análi-  
102 se do processo. Como ninguém mais se colocou à disposição para se este relato, por aclama-  
103 ção de todos, foi eleito o Conselheiro Euclesio Manoel Finatti para ser o relator do proces-  
104 so. Passou-se ao terceiro item da pauta **Apresentação de solicitação sobre “projeto de ocu-  
105 pação do lote vinculado ao Jóquei Clube do Paranná” – Protocolo n.º 23.869.474-4;** em  
106 que o servidor e arquiteto da CPC, Rômulo Lois Romero Guidolin, realizou a apresentação da  
107 proposta do empreendimento elaborado pelo arquiteto Luiz Volpato. A princípio o projeto  
108 deve abrigar 03 lojas de concessionária de automóveis que propõe a abertura total frontal ou  
109 com a implantação de muro vazado com formato de palitos em sequência. Foi solicitado pela  
110 CPC complementação da proposta, com demonstração da futura ocupação do terraço da edifi-  
111 cação na forma de estacionamento e possíveis variações de tratamento para os muros de divi-  
112 sa. A conselheira Jussimara Campelo pede a palavra e questiona sobre qual será o impacto do

113 empreendimento sobre o observador, quando este posicionado nas tribunas do Jôquei Clube  
114 do Paraná, sob o ponto de vista do fundo. O conselheiro Euclesio Manoel Finatti fala que essa  
115 proposta é mais simples e que cabe registrar que esse terreno foi desmembrado do Jôquei  
116 Clube do Paraná e que concorda com o apontamento da Jussimara. E o conselheiro Mauro  
117 Lacerda Santos Filho se propõe em ser o relator dessa proposta. Na sequência, passou-se ao  
118 quarto item da pauta **Apresentação de “proposta da volumetria e demais intervenções no**  
119 **sobrado situado à Rua Barão do Rio Branco, 823 (Antigo Hotel Tassi)” – Protocolo n.º**  
120 **23.680.236-1/ Resolução n.º 34/2023;** o conselheiro Bráulio Eduardo Mattana Carollo pede a  
121 palavra e manifesta as boas vindas ao novo chefe da CPC e comenta sobre o histórico dos  
122 sobrados localizados no trecho da Rua Barão do Rio Branco, que tiveram tramitação na justi-  
123 ça e que ele foi designado o relator desse empreendimento há uns anos e que agora apresenta  
124 uma boa resolução passível de aprovação, que vai alterar a paisagem da região que está de-  
125 gradada há alguns anos. O servidor e arquiteto da CPC, Rômulo Lois Romero Guidolin, apre-  
126 sentou a proposta da construção no remanescente no terreno do imóvel, que foi adaptada ao  
127 Decreto Municipal n.º 2.413/2023, seguindo o escalonamento da volumetria sob o ponto de  
128 vista do observador da rua. O conselheiro Ricardo Amaral solicitou a palavra e questionou se  
129 a medida judicial que tramitou é sobre a preservação da fachada e que se há uma regra para o  
130 escalonamento, a proposta é passível de ser aprovada. O conselheiro Bráulio Eduardo Mattana  
131 Carollo ressalta que a aprovação desse projeto, com o subsolo proposto, vai revitalizar a regi-  
132 ão e que a justiça só determinou a preservação da fachada, mas cabe acatar a decisão da apro-  
133 vação por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba. O conselheiro Paulo Sidnei Ferraz per-  
134 gunta se terá o devido acompanhamento arqueológico com relação ao subsolo e que por ser  
135 uma região histórica é possível ter remanescentes arqueológicos e questionou qual órgão fará  
136 esse acompanhamento. O conselheiro Ricardo Amaral fala que no licenciamento ambiental  
137 deve prever a questão geológica e arqueológica. Entretanto, o conselheiro Bráulio Eduardo  
138 Mattana Carollo não vê óbice de incluir essa questão de acompanhamento arqueológico no  
139 parecer do empreendimento. A presidente Luciana Casagrande Pereira coloca o assunto para  
140 votação dos conselheiros, que aprovam por unanimidade, incluindo a necessidade de acompa-  
141 nhamento de arqueólogo durante processo de escavação do terreno. Em continuidade, passou-  
142 se ao quinto item da pauta **Apresentação das “Normativas de uso e conservação do Sítio**  
143 **Geológico – Estrias Glaciais de Witmarsum” – Protocolo n.º 22.612.880-8;** o servidor e  
144 geógrafo da CPC, Ricardo Letenski, realizou a apresentação da Normativa do Bem Tombado,  
145 que recentemente teve em parte do seu sítio, intervenções de loteamento. Essa normativa pre-  
146 viu a criação de área de entorno e zoneamento, visando à proteção e preservação do sítio, que  
147 pode ser complementada com plano de manejo atualizado periodicamente. A Presidente Luci-  
148 ana Casagrande Pereira comentou que neste assunto, o próximo passo será a realização do  
149 contato com a comunidade e que após esse trabalho o assunto voltará como pauta. Por fim,  
150 passou-se ao sexto e último item da pauta **Outros assuntos;** e o conselheiro Paulo Sidnei Fer-

151 raz pediu a palavra para atualizar sobre ações com relação à elaboração da carta sobre a Ponte  
152 Preta ao Prefeito Municipal de Curitiba, que foi finalizado o texto e em breve será enviada  
153 pelo novo chefe da CPC, Roberto Pilotto, e também comentou que já se iniciaram as tratativas  
154 sobre o cadastro dos moradores na Estrada da Graciosa. Encerrando os assuntos, a Presidente  
155 Luciana Casagrande Pereira agradeceu a todos pela participação, pediu desculpas novamente  
156 pelo transtorno da convocação da reunião com o horário incorreto e pela extensão dos assun-  
157 tos, que ocorreu devido à ausência de reuniões nos últimos meses. Nada mais havendo a cons-  
158 tar, encerrou-se a reunião e eu Roberto Pilotto lavrei a presente ata que vai assinada por mim  
159 e pelos demais Conselheiros participantes.

**Presidente**

Luciana Casagrande Pereira \_\_\_\_\_

**Secretário Executivo**

Roberto Pilotto \_\_\_\_\_

**Conselheiros**

Aimoré Índio do Brasil Arantes \_\_\_\_\_

Amilcar Cavalcante Cabral \_\_\_\_\_

Bráulio Eduardo Mattana Carollo \_\_\_\_\_

Euclesio Manoel Finatti \_\_\_\_\_

José Renato Fonseca Gubert \_\_\_\_\_

Jussimara Campelo \_\_\_\_\_

Mauro Lacerda Santos Filho \_\_\_\_\_

Nicole Lemanczyk \_\_\_\_\_

Paulo Sidnei Ferraz \_\_\_\_\_

Reinaldo Pilotto \_\_\_\_\_

Ricardo Amaral \_\_\_\_\_



PATRIMÔNIO  
CULTURAL  
PARANÁ



Roland Hasson \_\_\_\_\_